

Psicologia em movimento

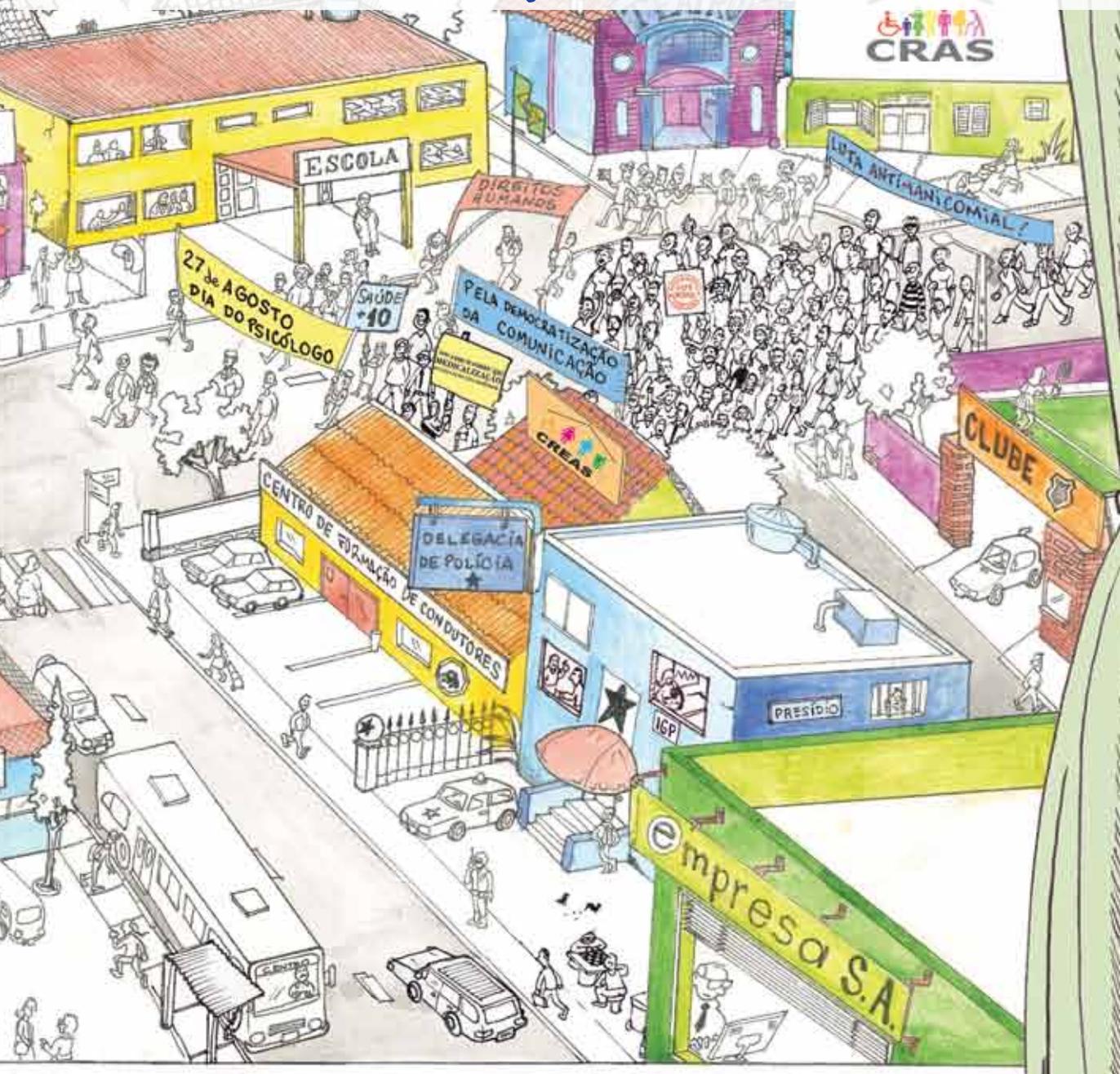
ISSN 2319-085X

Conselho Regional de Psicologia

Santa Catarina - 12ª Região

Nº 2 - Gestão 2013/2016

Maio/Agosto de 2014



Psicologia com

Participação é Movimento



3 Editorial

Psicologia com Participação é Movimento!

4 Gestão

Diversidade na Psicologia: compromisso na modernidade
Dia do Psicólogo

8 Política de Participação

Política de Colaboração e Participação em Santa Catarina
Segunda rodada de reuniões
Mapeamento de psicólogas/os por campo de atuação em Santa Catarina

10 Políticas Públicas

Grupo Saúde - Debate sobre as práticas profissionais na área da saúde
Grupo Educação - Grupo Temático dirigido a todas/os psicólogas/as que atuam na área de Educação: venha compor essa roda de conversa...
Eixo Assistência Social - Participações nos eventos do SUAS
Participações em instâncias de controle social
Psicologia e Justiça - Revisitando a interface entre Psicologia, Justiça e Segurança Pública
Profissionais psicólogas/os do Sistema Prisional realizaram encontro

13 Direitos Humanos

Dos processos ditatoriais e seus impactos sob a subjetividade à luta pela garantia de direitos

14 Atuação Profissional

Reunião entre TJ-SC, MP-SC e CRP-12 para discutir o transborde da Justiça para os profissionais das políticas públicas
Mapeamento por campo de atuação das/os psicólogas/os em Santa Catarina continua

16 Orientação

Psicoterapia nas Políticas Públicas de Saúde

18 Relações Interinstitucionais

Criado o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Concursos Públicos do Conselho de Psicologia
ULAPSI: maturidade gera novos desafios
FEPSIC: espaço político de articulação e organização da Psicologia Catarinense
Reunião entre CRP-12 e CRP-08 debateu ações do Sistema Conselhos e da Psicologia na região Sul

20 Entrevista

Rede de Atenção Psicossocial em SC: fortalecimento do controle social e a garantia da efetividade

22 O assunto é...

Mídia e seus efeitos subjetivos no trabalho de psicólogas/os

23 Cidadania

Controle Social

24 Formação

Parceria do CRP-12 com as instituições de Ensino Superior: um elo fundamental
I Encontro Catarinense de Ensino de Psicologia

25 Identidade Profissional

Novos Psicólogos recebem sua Carteira de Identidade Profissional: Sejam bem-vindas e bem-vindos!

26 Transparência

Iniciada a reforma da sede do CRP-12
Escritório Setorial Oeste com atendimento normal
Atualize seu cadastro - Participe!

Expediente

**Conselho Regional de Psicologia
de Santa Catarina - 12ª Região
- CRP-12**

Sede: Rua Professor Bayer Filho, 110, Coqueiros, Florianópolis, SC - CEP: 88101-050 Fone/fax: (48) 3244-4826

Escritório Setorial Oeste: Ed. Lazio Executivo, Rua Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Centro, Chapecó, SC - CEP: 89.802-130 - Fone: (49) 3304-0388 / Fax: (49) 3304-0389

www.crp-sc.org.br

www.facebook.com/crp12sc

ISSN 2319-085X

Envie sua participação, sugestão, crítica ou comentário para comunicacao@crpsc.org.br

Conselho Editorial: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Claudia dos Santos Cruz e Inea Giovana da Silva Arioli
Jornalista: Sandra Werle (SC 0515 - JP)
Produção: Letra Editorial
Impressão: Gráfica Meta
Tiragem: 10.000 exemplares

**DIRETORIA****Conselheira**

Presidenta: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues

Conselheira Vice-

Presidenta: Ana Maria Pereira Lopes

Conselheiro

Tesoureiro: Fabricio Antonio Raupp

Conselheira Secretária:

Claudia dos Santos Cruz

VIII PLENÁRIO**Conselheiras(os) Efetivas(os)**

Ana Maria Pereira Lopes
CRP-12/01423

Claudia dos Santos Cruz
CRP-12/09368

Fabricio Antonio Raupp
CRP-12/08012

Inea Giovana da Silva Arioli
CRP-12/01269

Jaira Terezinha da Silva Rodrigues
CRP-12/01706

Maribel Batista Sebastião
CRP-12/08030

Simone Vieira de Souza
CRP-12/01489

Tatiane Cristine da Silva
CRP-12/08607

Yara Maria Moreira de Faria Hornke
CRP-12/08685

Conselheiras(os) Suplentes

Aline Batista Bernardes
CRP-12/06683

Anderson Luis Schuck
CRP-12/10082

Geni Beckert
CRP-12/02454

Giuliana de R. C. de Leandro Remor
CRP-12/05268

Igor Schutz dos Santos
CRP-12/07736

Joice Danusa Justo
CRP-12/07017

Juliana Lima Medeiros
CRP-12/08651

Juliane Cristine Koerber Reis
CRP-12/00469

Junior Cesar Goulart
CRP-12/11136

Psicologia com Participação é Movimento!

O slogan escolhido pelo VIII Plenário para marcar a gestão, cuja campanha ilustra a capa da segunda edição de nossa revista, nasceu da voz dos Psicólogos catarinenses participantes dos Pré Congressos e Congresso Regional de Psicologia – COREP, em 2013, que defenderam a proposta de “maior presença do CRP/12 nas regiões por meio de uma gestão estadualizada”.

Recebemos a proposta com satisfação pois, como Plenário representante do Movimento Político Prá Cuidar da Profissão, “construir lideranças significativas, instaurando processos coletivos de trabalho e decisão, romper com o personalismo e defender a democracia direta” são alguns dos princípios que norteiam nosso Projeto Político para a Psicologia. Somos 18 conselheiros que se dedicam de forma militante a este importante projeto que pode ser sintetizado no desejo de que a Psicologia se faça útil à maioria da população brasileira, por meio da defesa da garantia dos direitos humanos e de práticas éticas e cientificamente responsáveis. Porém, sabemos que somos poucos e que o sucesso desta tarefa depende da participação de todas/os psicólogas/os catarinenses.

Somos uma categoria profissional jovem (70% dos psicólogos brasileiros possuem entre 25 e 35 anos), somos filhos e netos da ditadura e carregamos em nossa história a força dos movimentos sociais e a conquista da democracia por meio das lutas populares. Muitos de nós já nascemos sob a égide da constituição cidadã e concretamente nunca precisamos lutar pelo reconhecimento dos direitos fundamentais, pois as lutas na contemporaneidade são pela efetividade destes.

No entanto, a atual conjuntura social, política e econômica da Psicologia brasileira nos convoca a acordar este gigante adormecido, que temos como referência de nossos pais e avós. Só com participação da ca-

tegoria conseguiremos avançar na garantia dos direitos de acesso a serviços 100% públicos e de qualidade; à garantia dos direitos sociais; ao reconhecimento social da Psicologia enquanto ciência e profissão; ao exercício da cidadania; à uma Psicologia ética e técnica e com compromisso social, entre outras lutas importantes para a sociedade.

Nas lutas profissionais temos bandeiras como as 30 horas; piso salarial; não precarização dos vínculos e espaços de trabalho; não judicialização da atuação do psicólogo nas políticas públicas; não sucateamento da atuação do psicólogo na saúde suplementar; fomento e organização de coletivos nos diferentes campos de atuação, entre alguns dos desafios que enfrentados junto com outras instituições, e para as quais precisamos contar com a participação crítica, qualificada e protagonista dos profissionais.

Apresentamos na segunda edição da Revista Psicologia em Movimento um panorama dos primeiros nove meses de gestão. Muitas ações foram realizadas, entre elas, a forte aproximação com as universidades, entidades, representantes de serviços públicos, os três poderes no âmbito estadual e municipal e com a categoria. Implementamos a Política de Participação e Colaboração em sete regiões polo do estado, cumprimos agenda política em cada região, aprimoramos nossos meios de comunicação, rearticulamos o Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense – FEPSIC, criamos o grupo de trabalho interinstitucional de concursos públicos, realizamos eventos sobre direitos humanos, saúde e psicologia na relação com a justiça; estamos realizando o mapeamento e cadastramento dos profissionais, objetivando a comunicação efetiva e a inserção destes nos grupos temáticos criados.

Esta gestão tem se dedicado ainda na qualificação de nossos espaços de atendimento, com a reforma de nossa sede, que terá um ambiente

lounge para receber os psicólogos. Este contará com mini-biblioteca, estação da biblioteca virtual BVS-PSI e espaços para realização de reuniões e eventos de grupos organizados, entre outros. Estamos trabalhando, juntamente com os funcionários, na criação do manual de procedimentos técnicos e administrativos do CRP-12; e organizando concurso público para adequar a estrutura funcional e melhor atender a categoria, que ultrapassa o número de 10 mil psicólogos ativos no Estado.

Apresentamos também nossa agenda de ações para o segundo semestre de 2014, visando discutir e qualificar a atuação do psicólogo em diferentes contextos. Realizaremos a segunda rodada de reuniões da Política de Participação e Colaboração; o encontro do Grupo Temático de Educação; intensa agenda estadualizada alusiva ao Dia do Psicólogo, com destaque ao II Seminário de Atenção Psicossocial e a ação integrada de mobilização, realizada em parceria com as entidades da Psicologia catarinense.

Neste ano realizaremos ainda, o I Encontro de Ensino e Psicologia; o encontro do Grupo Temático de Assistência Social; a terceira rodada da política de participação e colaboração e organizaremos caravana catarinense para o IV Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão. Fecharemos o ano com um evento conjunto com o Conselho Regional de Administração, para debater as diferenças e interlocuções epistemológicas da atuação de psicólogos e administradores.

Enfim, estamos motivados diante das parcerias estabelecidas, da receptividade recebida e das perspectivas decorrentes dessa aproximação. Queremos junto com as IES, entidades, grupos de psicólogas/os organizados e categoria profissional movimentar a Psicologia catarinense, pois Psicologia com Participação é Movimento!

VIII Plenário do CRP-12
(Gestão 2013-2016)

Diversidade na Psicologia: dos desafios da diversidade prática à correspondência a uma ética profissional que afirme um sujeito

No dia 27 de agosto se comemora mais um aniversário da Psicologia: são 52 anos de regulamentação da profissão no Brasil. Esta comemoração remete à história desta enquanto Ciência e Profissão e sobre quais são os avanços e desafios colocados aos profissionais. É possível observar que a Psicologia como ciência e profissão, cada vez mais, tem se mostrado diversa. Pode-se observar o fenômeno psicológico sob muitas vertentes, as mais variadas orientações teóricas, pode-se ver a intervenção em psicologia ocorrendo em diferentes campos de atuação, e há ainda as áreas emergentes que a cada ano são incorporadas ao fazer profissional.

Ao se fazer essa aproxima-

ção também pode surgir certo desconforto e preocupação. O fato é que, a abordagem da Psicologia e sua diversidade, por vezes, se dá envolta em justificativas, e escusas, por ser uma profissão tão diversa, tão emaranhada no tecido social, que, ao final do discurso pode parecer que foi perdido o foco inicial, que se perdeu o interlocutor. Nesse sentido, faz-se necessário revisitar algumas bases dessa ciência e profissão a fim de se avaliar as virtudes e desafios colocados por essa diversidade.

A Psicologia,
enquanto
preocupação do
ser humano com
os seus próprios

comportamentos,
existe muito antes
de se ter constituída
enquanto ciência e
profissão.

Como campo de conhecimento e intervenção sobre o comportamento humano é uma criação do mundo moderno. As ditas sociedades modernas, industriais, demandaram projetos de intervenção no humano, os quais quase sempre pautados em um projeto de intervenção minimalista, imediatista e irreflexivo ante ao ser humano e suas organizações.

Apoiando-se em Mitsuko Antunes, pesquisadora em História da psicologia PUC/SP, tem-se que a história da psicologia no Brasil envolveu, em seus primeiros momentos mais concretos, médicos, educadores e filósofos que começaram a estabelecer práticas que, aos poucos, passaram a se distanciar paulatinamente de sua área de atuação e se organizar em algo que tomou outro corpo, mais aproximado do que temos hoje e denominamos de prática profissional do psicólogo. De acordo com a autora, esse processo de organização das primeiras práticas psicológicas, se deu sobretudo nos hospitais psiquiátricos, setores do trabalho industrial e no meio educacional.



Havia então uma demanda por tecnologia que as ciências procuravam corresponder. Note-se que essa demanda pela Psicologia se constituía em um atendimento ao contexto histórico vigente, havia uma prática que acompanhava *pari passu* com os momentos históricos, que almejava a disciplinarização das pessoas; mas sem qualquer projeto de chamamento das mesmas à efetiva participação ou transformação das condições de vida em que viviam. A existência desse conjunto de estudos e práticas pode ser compreendida como pautada em uma concepção de ciência neutra, em técnicas oriundas de estudos específicos, sem maiores reflexões das consequências que traziam para a manutenção de privilégios de certa esfera da população, em detrimento do conjunto maior dessa mesma população.

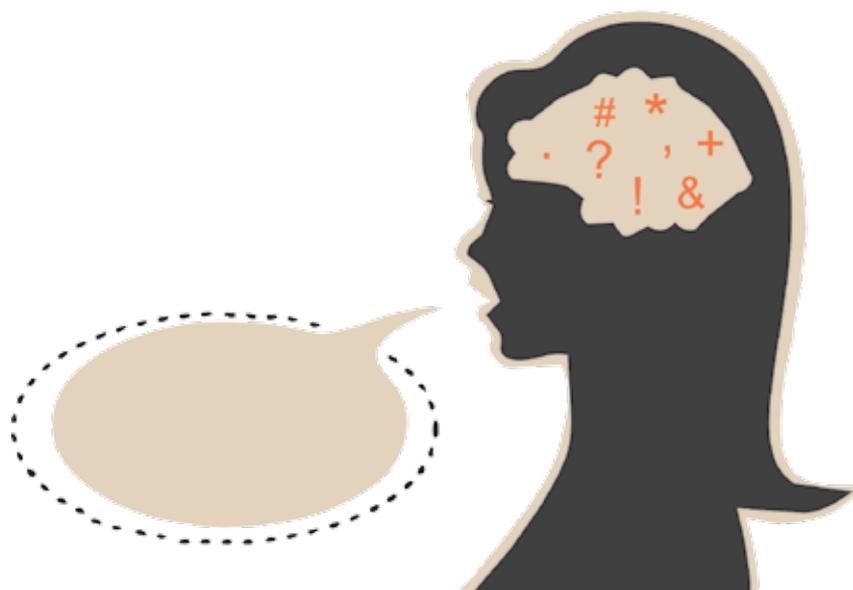
É relacionado a esses contextos, que o diverso da subjetividade humana pode ser visto como inoportuno ao campo das ciências, em geral, e da Psicologia, em particular. Paradoxalmente, haja vista sua grande penetração na cultura com promessas de previsão e controle humano, a subjetividade e suas manifestações diversas foi subjugada! E é nesses moldes que a psicologia pode ser vista em processo de regulamentação na década de 1960, no Brasil, alcançando sua regulamentação em 1962.

De acordo com Antunes, o direito conferido pela Lei 4119/62, que reconheceu a profissão de psicólogo, delimitou a área de atuação pro-

fissional, trouxe ganhos importantes para o crescimento e fortalecimento da profissão. Isto porque a formação universitária estabeleceu um campo de atuação, e potencializou o encaminhamento de estudos dos fenômenos psicológicos em meios científicos de modo mais acentuado. Depois da regulamentação da profissão também passou a ser necessária a organização de entidades, pois a presença da psicologia nas instituições fez com que fossem necessárias organizações por área. Depois disso, outras lutas como as relativas a mercado de trabalho e as vicissitudes de inserção profissional passaram a ser alvo de lutas articuladas por instituições da profissão.

A presença da Psicologia nos cenários institucionais foi requerendo desta, como ciência e como prática, a diversidade que lhe era inerente.

Pois, no caso específico do Brasil, com seus contextos de transformações sociais da década de 1980, a psicologia passou a se ver diante de contradições e foi alcançando transformações em seu modo de relação com as práticas. É justamente essa colocação da profissão defronte ao movimento da sociedade que a obriga a responder questões acerca de seus compromissos com as pessoas. Assim, a diversidade na Psicologia pode ser encarada como uma virtude e não como um problema relativo à área. Deste modo, se há algum tipo de desconforto com relação à diversidade presente na Psicologia, a compreensão desse desconforto, ao se buscar algum resgate de suas origens, quase leva a afirmar, na comemoração dos 52 anos de profissão, salve o desconforto! Isto no sentido de que a possibilidade de se situar nele, no desconforto, é igualmente a possibilidade de mudança, transformação e o necessário alcance de um projeto para a profissão.



Feita alguma reflexão sobre o arcabouço de intervenção da Psicologia, outra reflexão importante, nesse período de comemoração da presença da Psicologia no cenário brasileiro, refere-se aos princípios éticos relativos à profissão. Refere-se aqui à ética enquanto espaço de reflexão sobre a consequência última de uma ação. Esta reflexão deve se dar em face da diversidade seja teórica, seja a diversidade relativa aos campos de atuação, já reconhecidamente virtuosa. A ética, aqui diz respeito a mais do que se tratar de uma prática profissional com regras. Ética também envolve a potencialização desse ser humano na sua condição de intervir nas realidades. O que de certo modo ficou impresso entre os psicólogos nos últimos anos enquanto compromisso social, absolutamente não se trata de qualquer “vocação” da prática psicológica a segmentos assistencialistas ou suas adjacências.

Compromisso social é objetivamente a Psicologia ser facilitadora da competência das pessoas em se

verem intervenientes em seus espaços de relações, sejam elas quais forem, de trabalho, familiar, político entre tantos outros tipos de grupos.

É ligado a isso que vale articular, finalmente, a ideia de que práticas em face da diversidade, requerem redimensionamento das perspectivas teóricas e também metodológicas em face da subjetividade, no sentido de responderem como estas perspectivas tem aumentado a esfera de relação das pessoas. Sujeito é aquele que tem capacidade de interferir na história. Ou como diz José Leon Crochik, professor da USP a subjetividade é resultado das circunstâncias sociais atuais, e ao mesmo tempo de um projeto histórico implícito no desenvolvimento de nossa civilização, que também requer que, para a superação destas condições concretas, “o indivíduo se assenhere delas, isto é, seja dono de seu destino”.

Desse modo, a diversidade

coloca desafios éticos importantes à Psicologia, a de se considerar ética uma prática que faz do grupo ou pessoa atendida sujeito de sua realidade. É relacionado a isto que não correspondem à ética profissional, práticas não discutíveis, não demonstráveis e com fundamentos religiosos, pois retiram do sujeito a inscrição e capacidade de intervenção em sua realidade. Ou seja, se a diversidade colocada para a prática psicológica é crítica ao tecnicismo, biologicismo e coisificação do sujeito, do início do século passado, também é imperativo que a prática psicológica se dê com base em um sujeito de direitos, com um corpo, com uma palavra e sentidos capazes de lidar com uma realidade - uma prática psicológica com compromisso social.

Dito de outro modo, a ética profissional do psicólogo, no ethos moderno em que nos encontramos, requer a colaboração da Psicologia para que os sujeitos se relacionem com a realidade que se estabelece em bases materiais e valorativas. E é a partir delas que o sujeito pode ser transformador da realidade e, portanto, Sujeito.





27 de agosto Dia do Psicólogo

Ação integrada entre instituições parceiras do CRP/12, serviços públicos com a atuação do Psicólogo e categoria profissional objetiva apresentar a diversidade da Psicologia à sociedade catarinense

Para demarcar o Dia do Psicólogo em 2014, o CRP-12 está organizando uma grande mobilização que pretende dialogar com a sociedade, por compreender que, nestes 52 anos de profissão, muito se avançou na construção de novos espaços de atuação, porém, nem sempre a população brasileira demonstra real compreensão sobre nossas possibilidades de intervenção e contribuição. Assim, se faz necessário apresentar à sociedade a diversidade da Psicologia Catarinense e seus diferentes fazeres.

A proposta é ocupar praças e outros espaços públicos de grande circulação para apresentar os serviços e cursos de Psicologia, entregar materiais informativos, realizar apre-

sentações artísticas e culturais e programar outras atividades de interesse local. Isso só será possível com o envolvimento de profissionais e estudantes da Psicologia. Por isso, o CRP-12 procurou as entidades representativas das diversas áreas profissionais, a academia e os profissionais do setor público em todas as regiões do estado. Através da organização local, será possível marcar o Dia do Psicólogo em muitos municípios e em eventos que abrangem não somente o dia, mas todo o mês de agosto.

Conheça as ações que serão realizadas em sua região (a programação está no encarte), participe deste momento e **COMEMORE ESTÁ DATA CONOSCO!**

Política de Colaboração e Participação em Santa Catarina

Com o objetivo de iniciar a articulação de uma política de base junto à categoria, às instituições e aos grupos organizados de Psicólogos em Santa Catarina, a presidente do CRP-12, Jaira Rodrigues, percorreu as sete regiões do estado e implantou os Polos da Política de Participação e Colaboração.

Esta ação política ocorreu nas cidades de Florianópolis, Itajaí, Joinville, Chapecó, Blumenau, Lages, Caçador e Criciúma, no período de março a maio de 2014. Em cada cidade foi cumprida uma agenda política com representantes das universidades, instituições e serviços de Psicologia e realizados encontros com as/os psicólogas/os da região.

Além de apresentar a política de gestão e Proposta da Política de Participação e Colaboração do VIII Plenário, as atividades tiveram ainda o objetivo de estabelecer parcerias em ações elaboradas no Planejamento Estratégico e marcar a

presença do Conselho Regional de Psicologia nas regiões (conforme deliberação no VIII Congresso Regional de Psicologia de Santa Catarina - COREP-SC). Nos encontros com as/os profissionais foram apresentadas/os as/os articuladoras/es regionais, que coordenarão os próximos encontros bimestrais e farão a mediação de pautas regionais entre a categoria e o CRP-12.

Os resultados alcançados nesta primeira etapa superaram a expectativa das/os conselheiras/os e colaboradores participantes desta ação. O CRP-12 foi recebido com excelência pelas universidades da FURB, ACE, UNIVALI e ESUCRI, que sediaram as atividades em Blumenau, Joinville, Itajaí e Criciúma respectivamente. Várias entidades foram convidadas para avaliar a atuação do CRP-12 e apresentar críticas e sugestões, com intuito de aprimorar a parceria proposta. As entidades mostraram disponibilidade em firmar a parceria e referendaram a importância

desta aproximação. As conversas individualizadas com as entidades em todas as regiões totalizaram 18 Instituições de ensino superior, 14 associações e grupos organizados de psicólogos, 7 serviços das Políticas Públicas da Assistência Social e Saúde e 4 movimentos sociais e ONGs, totalizando uma média de 250 participantes.

Os responsáveis pelas atividades avaliam que a mesma conseguiu reunir psicólogos/os de diferentes campos de atuação, o que permitiu a realização de debate qualificado sobre a práxis profissional em diferentes contextos, e a relação desta com a política de construção da profissão. Obteve-se grande participação e disponibilidade das/os psicólogas/os presentes em seguir participando dos encontros e contribuir com a construção da Psicologia em Santa Catarina.

Entre as atividades acordadas para parceria, destacam-se: a coleta de assinaturas para a campanha "Para Expressar a Liberdade";

SEGUNDA RODADA DE REUNIÕES - No dia 25 de julho, das 19 às 22h, será realizada a segunda rodada de reuniões da Política de Colaboração e Participação, simultânea em oito cidades, com a presença do Psicólogo convidado André Leonardi, de SP, que falará sobre o tema "Identidade Profissional: o constituir-se Psicólogo". Veja onde será, em sua cidade, e agende-se:

Cidade	Articulador	Local
Caçador	Anderson e Janete	UNIARP - Sala 324, Bloco A
Florianópolis	Jaira	Valerim Plaza - Rua Felipe Schmidt, 705 - Centro, Florianópolis
Blumenau	Joice	Ibes Sociesc - Auditório do Ibes, 1º andar. Rua Pandiá Calógeas, 272, Jardim Blumenau
Lages	Inea	UNIPLAC - Sala de projeção da odontologia, Bloco de Ciências da Saúde, 2º andar
Itajaí	Eliiz	UNIVALE - Sala 301, bloco Ciências da Saúde
Criciúma	Junior	UNESC - Bloco Saúde, sala 08
Chapecó	Anderson	UNOCHAPECÓ - Rua Senador Atilio Fontana, 591 E Bairro EFAPI Auditório do Bloco G
Joinville	Tatiane	UNMILLE - Sala 218 - Bloco A

a programação e mobilização para o Dia do Psicólogo; a participação no IV Congresso Brasileiro Ciência e Profissão; a organização do I Encontro Catarinense Ensino e Psicologia e do II Seminário de Atenção Psicossocial; organização de oficinas de ética e orientações coletivas, além da participação do CRP/12 em aulas inaugurais, semanas acadêmicas e formaturas, entre outras.

Dentre a pauta comum trabalhada em todos os encontros, algumas especificidades foram desenhando importantes ganhos políticos e novas articulações para a Psicologia catarinense. Um exemplo foi o encontro da Política de Participação e Colaboração de Chapecó, realizado no dia de 8 de março - Dia Internacional da Mulher. A data serviu de pauta para o debate "Psicologia: uma profissão feminina", em referência à pesquisa realizada pelo CFP (Gestão 2010-2013) que resultou na publicação "Psicologia: uma profissão de muitas e diferentes mulheres", lançada em setembro de 2013. O debate foi coordenado pelo psicólogo Marcos Ferreira, e contou com a participação de 10 psicólogos de Caçador, além de muitos profissionais

e estudantes de Chapecó e região.

Outros grupos regionais já estão se organizando para que novos Polos sejam criados, há indicativos de organização de novos grupos nos municípios de Caçador, Orleans e Rio do Sul. O CRP-12 também está contribuindo com as discussões da reativação da Associação de Psicólogos do Oeste - APOSC, e apoiou o encontro da ABRAPSO-SC, realizado no Escritório Setorial do CRP-12, em Chapecó, no mês de junho.

No encontro de Lages foi organizada a comissão gestora para reativar a Associação Serrana de Psicologia, há mais de dez anos desativada. Em Blumenau o CRP-12 foi recebido por todo o colegiado do curso de Psicologia da FURB e se estabeleceu o apoio para o evento estadual na área da Psicologia dos Esportes. Do encontro de Criciúma surgiu a parceria para a realização do I Encontro Catarinense de Ensino de Psicologia, na Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, na cidade de Tubarão.

A partir dos encontros de Joinville, Blumenau e Lages foram encaminhadas à Comissão de Orientação e Fiscalização a solicitação para organização de Orientações

Coletivas junto às/aos psicólogas/os trabalhadoras/es nas Políticas Públicas de Assistência Social.

Em Caçador e Blumenau ocorreu o ingresso de mais duas associações no Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense - FEPSIC. Enfim, o lema de gestão do VIII Plenário "Psicologia com participação é movimento" ganha concretude e consistência nesta primeira etapa da proposta da Política de Participação e Colaboração.

A segunda reunião desta importante ação da gestão já tem data marcada e terá um formato diferente. Serão realizadas simultaneamente em todos os Polos regionais no dia 25 de julho, das 19h às 22h (veja no quadro). Será eleito um tema comum, apresentado em videoconferência e debatido em consonância com a pauta apresentada pelas/os psicólogas/os participantes das reuniões nos polos regionais, bem como, a pauta proposta pelo CRP/12.

A expectativa é que neste segundo encontro se amplie ainda mais a participação da categoria na construção de uma política profissional forte e assim colaborar com o avanço da Psicologia como ciência e profissão.

Mapeamento de psicólogas/os por campo de atuação em Santa Catarina

O CRP-12 elaborou formulário buscando informações sobre o vínculo profissional, a política pública, o tempo de atuação e o município de cada profissional. O mapeamento está subdividido em sete regiões: Grande Florianópolis, Sul, Vale do Itajaí, Alto Vale, Norte, Oeste e Planalto Serrano, o que vai permitir conhecer a concentração de psicólogos em tais regiões e contribuir com a política da gestão.

O relatório parcial, a partir das informações recebidas no primeiro semestre, aponta que, entre as 383 participações, 23% foram de profissionais da região da Grande Florianópolis, 21% do Oeste, 16% do Vale de Itajaí, 13% do Norte e Planalto Norte, 11% do Sul

e 3% do Planalto Serrano.

Os campos de atuação que se destacaram e praticamente se equiparam em número de atuação foram a Saúde (24%) e a Assistência Social (24%), em especial no âmbito das políticas públicas. Na sequência o campo da Clínica (19%), da Educação (13%), da Psicologia Organizacional e do Trabalho (11%) e da Segurança Pública (4%). Já os campos da Mobilidade Urbana e Psicologia do Esporte apresentaram pouca atuação profissional (aproximadamente 1%). Há representativo número de psicólogos/as que atuam em mais de um campo de atuação, inclusive em mais de um município, sendo que há 104 psicólogos/as

que atuam em municípios diferentes do qual residem. Os quais se concentram principalmente, nas regiões do Vale do Itajaí, 25 (24%); na região da Grande Florianópolis, 22 (21%); e na região do Oeste, 21 (20%).

Sobre o vínculo profissional, a maioria das/os psicólogas/os mapeados são estatutários/servidores públicos (51%), e 31% atuam em regime celetista (CLT). Seguidos por 8% que atuam sob contrato temporário, 6% são autônomos e 4% atuam sob outros regimes de trabalho.

O levantamento ainda não está encerrado e as/os profissionais interessados ainda podem acessar o endereço www.crp-sc.org.br e participar.

Grupo Saúde Debate sobre as práticas profissionais na área da saúde

O Grupo Temático Saúde do CRP-12 realizou, no dia 14 de março, o debate “Das Trajetórias da Organização da Profissão na Saúde Mental, Atenção Psicossocial e Integralidade: conquistas e desafios: na consideração da subjetividade; nos espaços de trabalho; no reconhecimento da sociedade e na organização da profissão”. O debate contou com a participação da profissional convidada professora doutora Magda do Canto Zurba, da UFSC, e foi transmitido online. Os vídeos com o conteúdo do debate estão à disposição dos interessados no site do CRP-12 (http://www.crp12.org.br/?open_pag&pid=3380).

A conselheira Ana Maria Lopes fez a apresentação do Grupo Temático e discorreu sobre considerações acerca da subjetividade, em que problematizou pontos como a dimensão subjetiva nos espaços de trabalho; a reflexão junto a ges-

tores; saúde e seus significados; bem como a compreensão do termo psicossocial e seus significados no tocante a Rede de atenção psicossocial. A Conselheira Joice Justo trouxe um panorama acerca dos espaços de trabalho em que atuam psicólogos, seus impasses e usos das ferramentas dos serviços. A Conselheira Inea Arioli abordou aspectos históricos e políticos no tocante à psicologia no âmbito da saúde e o reconhecimento da sociedade, como a reforma psiquiátrica, o SUS e a inserção de psicólogos, a noção da subjetividade trazida pela psicologia e a compreensão de saúde para além da doença. A Conselheira Presidente Jaira Rodrigues falou sobre a organização da profissão, aspectos dos avanços e movi-

mentos da Psicologia na política profissional do Sistema Conselhos.

Como debatedora, a convidada iniciou com duas reflexões “Qual a diferença entre um profissional da saúde e um bom ouvinte?” E: “Será que as pessoas compreendem o que fazemos?” Para a debatedora Magda Zurba, “No campo da saúde pública, é preciso pensar qual ciência estamos reproduzindo; a Psicologia no SUS provocou mudanças na formação do psicólogo, e auxiliou a quebrar fronteiras sobre as abordagens teóricas”.



Grupo Educação

Grupo Temático dirigido a todas/os psicólogas/as que atuam na área de Educação: venha compor essa roda de conversa...

O eixo Educação, da Comissão de Políticas Públicas, irá realizar no dia 18 de julho de 2014, das 19h às 21h, no Valerim Plaza, em Florianópolis, o encontro temático que vai debater “A Psicologia Escolar/Educacional e a Escola: possibilidades e desafios da atuação da(o) Psicóloga(o)”. Essa ação se justifica pela importância de se consolidar um campo de fazer da/o psicóloga/o que tem crescido ao lado de outros campos de atuação, como, por exemplo, saúde e assistência social.

A ideia deste encontro é promover um debate aquecido com a categoria, e tecer uma narrativa-fala

de quem está na ponta do fazer da Psicologia no âmbito escolar e educacional. Por meio de uma metodologia dialógica e interativa, contaremos com a participação do professor Adriano Henrique Nuernberg (UFSC), do psicólogo e colaborador do CRP-12, Sérgio Otávio Bassetti (Fundação Catarinense de Educação Especial), da psicóloga Camilla Ferreira, (Núcleo de Desenvolvimento Infantil - NDI/UFSC), da psicóloga Juliana Lopes, (Colégio Aplicação/UFSC), e das conselheiras Simone Vieira de Souza e Tatiane Cristine Silva (CRP-12).

Todas/os estão convidadas/os

para movimentar a Psicologia catarinense. Venha ser promotor de um diálogo contributivo na construção e visibilidade de práticas psi na interface com as políticas públicas e outros campos profissionais, publicizando seus desafios, lacunas e possibilidades de caminhar na direção de uma Psicologia crítica para todas/os, e em todos os espaços.

O evento será gratuito e pode ser acompanhado no local (Hotel Valerim, Centro de Florianópolis) ou pelo site do CRP-12 (www.crp12.org.br). Confira a programação no site do CRP-12 e garanta a sua inscrição no evento.

Acompanhe o CRP-12 no site (www.crp12.org.br), Facebook (www.facebook.com/crp12sc) e Boletim Eletrônico (atualize seu e-mail junto ao Conselho) e fique sabendo das datas e locais dos próximos grupos (Psicologia Jurídica e Assistência Social)

Participações nos eventos do SUAS

Dando sequência às ações previstas no planejamento estratégico, o eixo Assistência Social, da Comissão de Políticas Públicas do CRP-12, tem focado sua participação em eventos relacionados ao Sistema Único de Assistência Social – SUAS em âmbito regional e estadual, bem como nas representações em instâncias de controle social.

Como forma de debater a atuação da/o psicóloga/o nas equipes interdisciplinares e os desafios da efetivação da política de Assistência Social, os conselheiros Igor Schütz dos Santos e Inea Giovana da Silva Arioli participaram dos encontros promovidos pelas Associações de Municípios em parceria com a Federação Catarinense dos Muni-

cípios – FECAM. Destacam-se os Seminários Regionais dos CRAS realizados entre fevereiro e junho nos municípios de Luzerna (AMMOC), Jaborá (AMAUC), Videira (AMARP) e Itajaí (AMFRI), onde foram ainda debatidas as diretrizes apontadas pelos documentos produzidos pelo CREPOP na área e a atuação decorrente do transborde da Justiça para as políticas públicas.

A relação com as instâncias de responsabilização do Sistema de Garantia de Direitos – SGD – e a produção de documentos também foi alvo de debate no V Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social, realizado em maio no município de Chapecó e que contou com ampla

Eixo Assistência Social

participação dos representantes do SUAS no estado. O VIII Plenário do CRP-12 foi representado pelo conselheiro Igor Schütz dos Santos, cuja fala apontou para o reforço dos avanços obtidos nos seminários anteriores, destacando ainda princípios para o trabalho interdisciplinar entre psicólogas/os e outras categorias, em especial no exercício da autonomia profissional inserida no contexto de rede, pressupondo assim a superação da atuação isolada. Aponta-se ainda a necessidade de execução da NOB-RH na constituição das equipes, na centralidade da figura do coordenador dos Serviços e da aproximação dos gestores da Política de Assistência Social dos demais operadores.

Participações em instâncias de controle social

A participação do CRP-12 também se estendeu às instâncias de controle social. Nos espaços como o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS e Fórum Estadual de Assistência Social – FEPAS, o Conselho Regional de Psicologia tem buscado contribuir com as lutas pela efetivação da Política de Assistência Social e para que a representação dos trabalhadores e da sociedade civil torne-se o norte para a efetivação da política e dos direitos dos cidadãos.

Outra representação importante ocorre junto ao Fórum Estadual dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de Santa Catarina – FETSUAS/SC, no qual o CRP-12 se faz presente enquanto coordenação executiva e tem participado de momentos importantes para a discussão nacional da Política de Assistência Social. Neste sentido a participação na Assembleia de Eleição dos representantes da sociedade civil para o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, em Brasília/DF, que

contou com presença dos seguintes representantes: Conselheira do CRP-12, Psicóloga Giuliana Remor, Conselheira do Crefito-10, Terapeuta Ocupacional Miriam Menel e a Psicóloga Vânia Maria Machado, Presidente do SINPSI-SC, teve como objetivo garantir a efetividade e representatividade no controle social das ações que serão desenvolvidas no âmbito desta política.

Na III Plenária do Fórum Nacional das/os Trabalhadoras/es do Sistema Único de Assistência Social - FNTSUAS, o CRP-12 auxiliou nas discussões sobre a revisão do Regimento Interno do FNTSUAS, sobre a eleição da nova Coordenação Nacional para o biênio 2014-2016 e na elaboração do novo Plano de Lutas. O FETSUAS-SC, do qual o Conselho faz parte, permanece na composição da Coordenação Nacional do FNTSUAS, o que demonstra o compromisso nas lutas pela garantia da efetividade da política e dos espaços de atuação do psicólogo neste contexto.



III Plenária do Fórum Nacional das/os Trabalhadoras/es do Sistema Único de Assistência Social - FNTSUAS

Psicologia e Justiça

Revisitando a interface entre Psicologia, Justiça e Segurança Pública

O 1º Simpósio da Comissão de Psicologia e Justiça do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina, CRP-12, teve como tema “Revisitando a interface entre Psicologia, Justiça e Segurança Pública”, e refletiu sobre temáticas da Psicologia na Interface com a Justiça e Segurança Pública, na perspectiva dos direitos e da subjetividade.

Os debates promovidos objetivaram não apenas a abertura de discussão qualificada sobre a temática, mas uma aproximação entre o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12), através do Eixo Psicologia e Justiça, com os profissionais psicólogos e não psicólogos que atuam nesta área ou em áreas afins.

Além da discussão teórica com a contribuição de renomados profissionais, o Seminário marcou o

resgate da parceria CRP-12 com os Psicólogos que atuam na interface com a Justiça em Santa Catarina, retomando o espaço de contato que valoriza o profissional psicólogo nas tomadas de decisões sobre a atuação neste campo, por meio da constituição do grupo temático nesta área.

Você pode assistir as exposições dos palestrantes no 1º Simpósio da Comissão de Psicologia e Justiça do CRP-12 no link: http://www.crp-sc.org.br/?open_pag&pid=3384



Profissionais psicólogas/os do Sistema Prisional realizaram encontro

As/os Psicólogas/os que atuam no Sistema Prisional em Santa Catarina realizaram, no dia 30 de maio, um encontro na sede do CRP-12 para discutir suas práticas de atuação. O encontro teve o apoio do Conselho, através do eixo Psicologia e Justiça, o qual é coordenado pelos Conselheiros Juliana Lima Medeiros e Junior Cesar Goulart. Dentro da proposta de participação e colaboração adotada pela VIII Ple-

nária, e contou com a presença de aproximadamente 30 profissionais que realizaram um debate crítico e reflexivo sobre o contexto do Sistema Prisional na atualidade e de como desenvolver práticas que promovam cidadania à população carcerária.

Uma das principais dificuldades levantadas pelo grupo foi a grande demanda de exames criminológicos exigidos em um curto prazo de

conclusão e de como esta exigência pode interferir na qualidade técnica do trabalho. Foram discutidos, também, os fundamentos éticos a partir da Resolução Nº 007/2003 e Nº 12/11 do CFP, que abordam respectivamente o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo decorrentes de avaliação psicológica e regulamentação da atuação dos psicólogos no âmbito do sistema prisional.

Diante das dificuldades levantadas que permeiam este campo de atuação surge como desafio esclarecer ao Poder Judiciário e aos gestores como se dá a prática das/os psicólogas/os que atuam no Sistema Prisional e a necessidade de estabelecer novos diálogos entre a classe com o Conselho e com o Sindicato, a fim de contribuir para a construção de novas possibilidades de intervenção.



Dos processos ditatoriais e seus impactos sob a subjetividade à luta pela garantia de direitos

A Comissão de Direitos Humanos do CRP-12 realizou no dia 31 de março de 2014, na ALESC, o Seminário Processos ditatoriais e Subjetividades. O evento contou com a presença de várias pessoas ligadas as lutas pelos Direitos Humanos, as lutas pelo resgate da memória política do País, especialmente sobre o esclarecimento dos crimes cometidos pela Ditadura Civil e Militar de 1964, objeto do trabalho da Comissão Estadual da Verdade.

O evento demarcou a percepção da importância da luta por direitos humanos para a profissão. Neste sentido conhecer a verdade sobre o passado político do Brasil, as perseguições, prisões, torturas e morte dos que se opu-

nam a ditadura militar formam um legado trágico, cuja superação é imprescindível para que o país elimine as práticas autoritárias que sobrevivem cotidianamente.

Os debatedores Janne Calhau e Roberto Niella apresentaram aos presentes os dados sobre as ações atuais da Comissão Nacional da Verdade e das suas congêneres estaduais, além de apresentar a contribuição da clínica do testemunho para a restauração subjetiva das situações vivenciadas neste período.

O lançamento do livro “A Verdade é Revolucionária”, produzido pelo CFP (gestão 2010 – 2013), mostrou o quanto as/os psicólogas/os foram protagonistas neste período de nossa história. A

psicóloga Ana Luiza Castro, uma das organizadoras do livro, relata histórias de profissionais que colaboraram com a repressão fazendo avaliação, traçando perfis de presos, etc.

Como desdobramento do evento estabeleceu-se a discussão sobre a necessidade de reativação do Comitê Catarinense de Combate à Tortura – CTCC, do qual o CRP-12 faz parte, e que tem o importante papel de contribuir para que as violações de direito não continuem ocorrendo, principalmente em espaços de privação da liberdade. O CRP-12 tem articulado diferentes entidades e atores, para que o Comitê possa cumprir seu importante papel junto a sociedade catarinense.



Na foto, a mesa de abertura do Seminário “Processos Ditatoriais e Subjetividades: evento alusivo aos 50 anos do golpe civil-militar”, que foi composta (da esquerda para a direita): pelo vereador Lino Peres, presidente da Comissão Memória, Verdade e Justiça da Câmara Municipal de Florianópolis; pela psicóloga Jaira Rodrigues, conselheira presidente do CRP-12; pelo psicólogo Roberto Moraes Cruz, representante do CFP; pela psicóloga Yara Maria Hornke, presidente da Comissão de Direitos Humanos do CRP-12; pelo advogado Valdir Mendes, representante da Comissão de Combate à Tortura de Santa Catarina; e pelo juiz Alexandre Takashima, corregedor das Varas de Execuções Penais do Tribunal de Justiça.



A mesa “Lembrar para que a história não se repita”, coordenada pela psicóloga Yara Maria Hornke durante o Seminário realizado pelo CRP-12 no dia 31 de março, apresentou dois temas para os participantes. O primeiro tema foi “A Constituição da Comissão Nacional da Verdade”, com apresentação do criminalista Roberto Carlos Meza Niella, especialista em investigação de crimes de lesa humanidade indicado pela ONU para a Comissão Nacional da Verdade. O segundo tema, “A Clínica do Testemunho”, foi apresentado pela psicóloga Janne Calhau, da Equipe Clínica Política do RJ e do Projeto Clínica do Testemunho do Ministério da Justiça.

A psicóloga Ana Luiza Castro lançou o livro “A Verdade é Revolucionária: testemunhos e memórias de psicólogas e psicólogos sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)”. A publicação contém 700 páginas com testemunhos de 55 profissionais de todas as regiões do Brasil que tiveram suas vidas atravessadas pelo período da repressão no país. Conheça a versão online da publicação em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/VerdadeRevolucionariaFim.pdf>



Oficinas de Orientação e Ética

COE

A Comissão de Ética (COE), em parceria com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), planejam iniciar em 2014 as Oficinas de Orientação e Ética, com objetivo de promover o debate qualificado à formação da/o psicóloga/o e fortalecer o diálogo com as IES (discentes e docentes), subsidiando reflexões sobre o conceito de ética em sua relação com a formação profissional.

Para promover esta atividade, os conselheiros têm se reunido em busca de qualificação para o debate com os acadêmicos de Psicologia e psicólogos.

Os dados da atuação profissional em Santa Catarina estudados são resultantes do levantamento das denúncias recebidas pela COE nas gestões do VI e VII Plenários e dos atendimentos realizados por agentes fiscais e orientações realizadas pela própria COF no período do último ano.

Da análise destes dados, resultou a proposta de três temas que serão oferecidos pelo CRP-12 às IES:

Identidade profissional

Significado histórico e social da profissão: caminhada da ciência e da profissão e o papel do CRP-12 perante a sociedade e a categoria.

Atribuições do psicólogo que o identificam.

Respeito nas relações intra e inter profissionais, enfatizando a autonomia profissional conquistada ao longo dos anos de regulamentação da profissão.

Sigilo

Cuidados necessários para resguardar o sigilo das informações obtidas em decorrência do trabalho do psicólogo e a intimidade dos usuários.

Adequação do ambiente aos objetivos do trabalho.

Conduta adequada em pronunciamentos públicos e na relação com atendidos para emissão de documentos, que uma vez entregues a outra pessoa, passam para domínio público.

Ética e Técnica

Interrelação entre ética e técnica, a importância do psicólogo ter segurança e conhecimento técnico para assumir trabalhos de avaliação psicológica, a conduta esperada do psicólogo ao lidar com situações de litígio.

Em breve divulgaremos esta atividade em nosso site. Fique atenta/o!

Psicoterapia nas Políticas Públicas de Saúde

A psicoterapia é relegada, muitas vezes, a uma técnica pequeno burguesa, uma realidade possível apenas para uma pequena parcela da população. Essa é uma visão parcial e reduzida desta prática, que não deve ser para 'poucos privilegiados', sendo necessário articular estratégias coletivas de cuidado que abarquem esse serviço de forma efetiva em nosso Sistema Único de Saúde – SUS.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, mais de 78% da população mundial tem acesso a menos de 1 psicólogo por 100 mil habitantes. No Brasil, apesar de não haver números oficiais sobre o tema, é flagrante a

dificuldade de acessar a psicoterapia pelo SUS, um dos serviços pelo qual a/o psicóloga/o é reconhecida/o pela sociedade brasileira. O debate acerca do tema psicoterapia, ou melhor, "psicoterapias", visto a pluralidade do campo, traz em seu bojo a necessidade de pensá-la também como um serviço que deve ser fortalecido na saúde pública.

Aproximadamente cinquenta por cento dos psicólogos atuantes no país estão na clínica (mesmo que não exclusivamente), mas em sua grande maioria como profissional liberal. Esse é um dos motivos pelo qual o acesso à psicoterapia é infi-

mo, restrito àqueles que têm condição socioeconômica que lhes permite pagar pelo serviço, mesmo que por meio de Planos de Saúde. É necessário lembrar, no entanto, que esse serviço é fundamental em várias demandas, como por exemplo, nos casos crescentes de violência, onde os maus tratos físicos muitas vezes são insignificantes diante dos danos psicológicos aos sujeitos.

A inserção da/o psicóloga/o no SUS exigiu que a categoria criasse novas práticas, como a de apoiador de outros profissionais no atendimento à saúde, prática essa que suplantou a prática psicoterapêutica, que

Um lugar para a psicoterapia nas políticas públicas de saúde mental

As políticas públicas de saúde, concretizadas através do SUS (Sistema Único de Saúde), que vem se consolidando no Brasil desde a promulgação da Constituição de 1988, é um exemplo do protagonismo do Estado em diálogo com a ação dos movimentos sociais. Com o SUS, os indicadores de saúde da população melhoraram significativamente e o confronto entre a saúde como produto de mercado versus um direito do cidadão passou a ter maior visibilidade.

Por outro lado, a Psicologia tardou seu ingresso nas políticas públicas porque seu pressuposto epistemológico, na origem da psicologia aplicada, era associado ao pensamento liberal. A noção de individualismo, fortemente presente nesse modelo, foi companheira inseparável da psicologia funcional aplicada, dificultando a construção de modelos de atenção voltados à coletividade. Além disso – no caso específico do Brasil - os serviços privados de atendimento psicológico, no modelo de consultório, eram favoráveis

ao momento de governabilidade nos duros anos das ditaduras militares latinoamericanas, cujas aplicações clínicas foram inclusive acusadas em anos posteriores como "técnicas de disciplinarização" no contexto brasileiro.

O despontar da reforma psiquiátrica no Brasil foi um elemento determinante durante os anos 80 e 90. Na sequência, as políticas públicas de implantação do SUS que surgiram durante os anos 90 emergiram precisamente no conluio das reflexões advindas durante o processo das novas políticas de saúde mental, fortalecendo a concepção de que os serviços substitutivos às internações psiquiátricas necessitavam de um olhar processual. Esse protagonismo foi traduzido na figura do psicólogo, capaz tanto de coordenar grupos, como de apoiar redes sociais ou intervir junto à pacientes em psicoterapia.

Novas questões apareciam. Onde ficava o papel simbólico da remuneração na interação clínica? O psicólogo, enquanto clínico, poderia ser um as-

salariado contratado pelo Estado para atender em políticas públicas? Então, afinal, de que "Psicologia" estamos falando? Ora, se não estávamos mais propondo modelos pautados pelo "mercado regulador", qual o papel do Estado diante das possibilidades que se abriam?

O fato é que as práticas psicológicas contemporâneas foram profundamente afetadas pelo ingresso do fazer psicológico nas políticas públicas de modo geral, especialmente no contexto da saúde. Uma vez que as políticas públicas passaram a contratar um número expressivo de psicólogos no Brasil, a prática profissional que antes era majoritariamente formada por uma legião de profissionais liberais, passou a ser expressivamente composta por profissionais contratados em cargos públicos: postos de saúde, CAP's (Centros de Atenção Psicossocial) e ambientes hospitalares.

Não se pode negligenciar o fato de que as políticas públicas, ao criarem tantas vagas de emprego para

de é responsabilidade do profissional psicólogo no âmbito do SUS. No entanto, é necessário problematizar em que medida é possível garantir atualmente a psicoterapia, via SUS, como atendimento a uma população não terá acesso por outro caminho. Certamente não é apenas a psicoterapia que suprirá a demanda deste profissional no SUS, mas ela é uma prática importante, principalmente considerando-se a integralidade da atenção a saúde.

A psicoterapia lida com o sofrimento e com a fragilidade humana e, a partir de uma postura mais dialógica, busca produzir novas formas

de existência aos sujeitos. Essa proposta é consoante com a própria proposta do SUS, que desde a reforma sanitária, não pretende mais apenas “curar” as doenças simplesmente, mas produzir outras formas de existência no corpo social, que abarque inclusive o aspecto subjetivo que permeiam as condições de saúde das populações. Um dos desafios é conseguir realizar essa prática sem relegar o trabalho multi/interprofissional, pautado em estratégias coletivas de cuidado, na clínica ampliada e na territorialização da atenção psicos-



social. Dito de outra forma, pensar a psicoterapia no contexto do SUS requer, obrigatoriamente, responder também a estas diretrizes.

Para falar sobre essa importante temática, convidamos a professora da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Dra. Magda do Canto Zurba, que apresentou o texto abaixo:

Sugestões de leitura complementar de artigos da mesma autora:

“A história do ingresso das práticas psicológicas na saúde pública brasileira e algumas conseqüências epistemológicas”

Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a20/zurba01/>

“Contribuições da psicologia social para o psicólogo na saúde coletiva”

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000400002&lng=pt&nrm=iso

o profissional da Psicologia, atuaram também como mercado regulador, sob a insígnia do mercado de trabalho. Por outro lado, certamente nos ancorou para uma maior aproximação às demandas historicamente reprimidas pelas populações marginalizadas nos processos sócio-econômicos, de modo que a população obteve – de maneira geral – maior acesso à atenção integral em saúde mental e cuidados psicológicos.

Mas a questão contemporânea que nos ronda é: onde ficou prevista a psicoterapia no atual modelo de saúde mental no Brasil?

Na atenção básica espera-se que o psicólogo acolha minimamente o paciente, ou seja, acompanhe o paciente por um número curto de sessões – sem o uso de estratégia psicoterápica. Desta forma, psicoterapia não é prevista na atenção básica.

Na média complexidade, onde a psicoterapia poderia estar incluída no âmbito do projeto terapêutico dos pacientes dos CAPS, infelizmente isso é

quase impossível, pois observa-se a necessidade premente de acompanhamento a pacientes em risco de sofrimento psicótico e/ou dependentes químicos nesses locais, cuja demanda já é suficiente para fechar as agendas.

Desta forma, encontra-se na atenção básica a maior parte das pessoas que se beneficiariam da psicoterapia: onde reside o cidadão neurótico - ou seja, a maioria da população – que sofre conflitos cotidianos, por vezes abusos físicos, ou em situação de vulnerabilidade, ou na iminência de um suicídio, ou até mesmo em depressão severa.

A psicoterapia é uma ferramenta que promove mudanças significativas na vida das pessoas, auxiliando-as a pensar sobre si mesmas e seus processos de escolha. Negar esse direito ao usuário do SUS que nos procura na atenção básica pode significar que os profissionais psicólogos atendem o paciente até um curto pedaço da caminhada – mas não podem acessar a gênese de seus conflitos, nem promo-

ver mudanças realmente significativas nos padrões já habituais do paciente.

Precisamos ficar atentos ao fato de que, em longo prazo, corremos o risco de construir a ideia de que o profissional da psicologia (principalmente na atenção básica) pode prescindir da técnica de psicoterapia para realizar seu manejo clínico de forma satisfatória. Então, nós psicólogos, precisamos contar aos setores que planejam as políticas públicas e continuar ensinando nas universidades que a psicoterapia é uma ferramenta fabulosa de emancipação e desenvolvimento de cidadania, que promove auto-reflexão e crescimento, evita violência doméstica, suicídios e homicídios, além de ser umas das ferramentas mais importantes na história da psicologia clínica para nos colocar no campo da prestação de serviços.

Magda do Canto Zurba
Psicóloga, professora e
pesquisadora da Universidade
Federal de Santa Catarina.

Criado o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Concursos Públicos do Conselho de Psicologia

Em outubro de 2013, em reunião Plenária Ordinária, foi criado o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Concursos Públicos - GTCP, com objetivo de dialogar com os gestores, na esfera municipal e estadual, em prol da qualificação dos editais apresentados. Para realizar esse trabalho, o CRP-12 conta com a parceria do Sindicato dos Psicólogos de Santa Catarina – SINPSI-SC e de outros conselhos profissionais do estado. O CRP-12, que tem como obrigação zelar pela qualidade dos serviços prestados à população, compreende que tal qualidade passa obrigatoriamente pelas condições de trabalho dos profissionais.

O GTCP dialoga com os gestores públicos para mostrar e salientar a importância da valorização dos profissionais que estão diretamente inseridos nas políticas públicas,

principalmente de Saúde, Assistência Social e Educação, como profissionais fundamentais que são, na construção de Políticas Públicas qualificadas. Por consequência dessas ações, há perspectiva de promover a criação de novas vagas, conforme as previsões legais existentes.

Na análise dos editais de concursos públicos são verificados os aspectos trabalhistas, como por exemplo, relação entre carga horária e vencimento básico e tipo de vínculo empregatício estabelecido no certame pela administração pública. Também são verificados aspectos que envolvem a seleção do candidato, entre eles: descrição do cargo, pré-requisitos para assumir a vaga, relação entre conteúdo programático da prova e lotação da vaga. O GT avalia se essas informações condizem com a vaga ofertada

no concurso.

A aspiração do GT é qualificar todo o processo de inserção da/o psicóloga/o nas políticas públicas do estado. Desta forma, é analisado como se dá o ingresso dos profissionais no executivo, legislativo, judiciário e autarquias, para que propostas de trabalho que aviltam a profissão não sejam oferecidas. Esse tipo de proposta indecorosa tem a perspectiva de ruptura; seja pela consequente rotatividade de profissionais, seja pela precariedade das condições e relações de trabalho.

Concomitantemente ao trabalho realizado pelo GTCP o CRP-12, por via do CREPOP, está criando um rol de parâmetros sobre conteúdos programáticos específicos para cada campo de atuação, visando contribuir ainda mais para a qualificação dos editais apresentados.



ULAPSI: maturidade gera novos desafios

Há mais de cem anos existe Psicologia no Brasil e na América Latina. Mesmo assim,

os livros de História da Psicologia usados na formação profissional só apontam nomes europeus e estadunidenses. Em quase nenhum se encontra o tema do racismo e da pobreza tratados de forma condizente com o vivido no continente latino. Isso tem consequências: a produção de profissionais que enfrentam todos os dias problemas muito parecidos com os nossos é pouco conhecida e valorizada.

O V Congresso da ULAPSI mostrou que essa situação está mudando. Mais de mil pessoas se reuniram em Antigua Guatemala, de 12 a 17 de maio de 2014. Os trabalhos apresentados

apontaram claramente a necessidade e possibilidade de se construir um arsenal de conhecimentos e práticas profissionais adequadas aos povos latinos. O CRP-12 foi representado pela Conselheira Presidente Jaira Rodrigues e o psicólogo colaborador do VIII Plenário Marcos Ferreira, responsáveis por seis mesas de debate que versaram sobre os temas: "Democratização da Comunicação: protagonismo e contribuições da Psicologia neste campo"; "Formar Psicólogos para os Povos Latino-americanos: quem vai formar os formadores?"; "Descolonização do Pensamento Psicológico" e "Participação Social e a Conquista do Estado Democrático de Direito: contribuições da Psicologia na América Latina".

A maturidade alcançada trouxe novos desafios. "Estamos em condições de trocar experiências com colegas de países latinoamericanos, além de enriquecer nossas vidas por meio do

conhecimento de suas culturas; estamos em condições de deixar de lado a condição de quase europeus (condição desejada, mas impossível de ser alcançada) e colocar em prática nossos projetos de reconhecimento de nossas raízes e condições reais de vida" afirmou Marcos Ferreira.

Para ampliar este debate as entidades brasileiras presentes na ULAPSI acordaram a elaboração de um projeto para organizar um evento a ser realizado em março de 2015. O CRP-12 apresentará duas mesas com esta temática no IV Congresso Brasileiro de Psicologia Ciência e Profissão. A Psicologia brasileira tem muito a comemorar pelo sucesso da criação da ULAPSI. Esse projeto nasceu com forte impulso das entidades brasileiras e segue crescendo como o espaço de articulação de fazeres que permitam o surgimento de uma Psicologia genuinamente brasileira e latinoamericana.

FEPSIC: espaço político de articulação e organização da Psicologia Catarinense

O Fórum de Entidades da Psicologia Catarinense – FEPSIC foi criado a partir do chamamento do Conselho Regional de Psicologia para um diálogo entre as instituições que se ocupam da formação e profissão de psicólogo. Durante décadas, a Psicologia vem desenvolvendo pesquisas e métodos que resultam em uma diversidade de abordagens. Estas abordagens são estudadas e ensinadas em “cursos de formação” e “especializações” que originam práticas distintas em diferentes segmentos da sociedade. Estas práticas geram demandas mais específicas, que necessitam agrupamentos por afinidades, fazendo nascer associações, empresas, escolas, clínicas, grupos de estudos, entre outras. Muitas vezes, e decorrente dessa especificidade, estas instituições ficam isoladas, tanto em suas necessidades e em suas práticas quanto em suas expertises. É justamente aí que

acontece o FEPSIC, transformado em um espaço político de articulação e organização destas entidades em torno de objetivos afins.

O Fórum foi fundado em abril de 2009 e, desde sua fundação, já realizou grandes feitos. Entre eles a publicação do livro Memórias da Psicologia Catarinense e a organização do I Congresso Catarinense Ciência e Profissão. Atualmente o FEPSIC conta com a participação de quatorze instituições e o CRP-12 pretende seguir fazendo parte e contribuir para sua expansão e fortalecimento. Além da finalidade organizativa das entidades de Psicologia de Santa Catarina, o Fórum tem o objetivo de contribuir na construção de espaços de divulgação das produções teóricas e das práticas da profissão, dando visibilidade à diversidade existente.

Para a diretoria do CRP-12, a expectativa é que cada vez mais o Fórum possa se constituir em um espaço amplo e agregador da

organização e construção coletiva da Psicologia catarinense, que avance na definição de políticas e projetos voltados à melhoria da qualidade profissional e de sua emancipação institucional. Que possa ser uma referência às entidades na busca pela qualificação técnica e ética no exercício profissional e que estabeleça um diálogo fraterno em torno de uma pauta comum que fortaleça os vínculos entre ciência e profissão. “Espera-se que o FEPSIC possa produzir, sistematizar e divulgar informações relevantes para o desenvolvimento regional da Psicologia, convocando e mobilizando os grupos de psicólogos organizados em torno de questões relevantes tanto de interesse específico da própria Psicologia, quanto da defesa de uma sociedade de direitos”, afirmou a conselheira Jaira Rodrigues, que representa o CRP-12 no FEPSIC, juntamente com a conselheira Ana Lopes.



Participe do FEPSIC!

Em 2014 as reuniões do Fórum acontecem na sede do CRP-12, nas 4^{as} quartas-feiras de cada mês, às 14 horas. As entidades com sede fora de Florianópolis podem participar das reuniões via Skype sempre que necessário. Espaços como o FEPSIC não apenas contribuem para o fortalecimento da profissão e da diversidade de atuação e práticas de psicólogos/os no contexto brasileiro e em cada estado, mas favorecem e encorajam agrupamentos que tenham a formação em Psicologia como norte de suas atuações.

Reunião entre CRP-12 e CRP-08 debateu ações do Sistema Conselhos e da Psicologia na região Sul

No dia 9 de maio os representantes do Conselho Regional do Paraná - CRP-08, conselheiras Fernanda Rosseto e Paula Buturi e o conselheiro Guilherme Bertassoni da Silva, foram recebidos pelas conselheiras Cláudia Cruz e Simone Vieira de Souza e conselheiro Fabrício Haupp, na sede do CRP-12 em Florianópolis.

A reunião, realizada por solicitação do CRP-12, procurou estabelecer um espaço de diálogo e compartilhamento de experiências no que se refere ao fluxo de encaminhamentos que marcam as atividades das Comissões de Ética e Fiscalização e Comunicação Social. Do encontro saiu como encaminhamento a busca de mobilização e organiza-



ção dos CRs da região Sul – CRP-RS-07, CRP-PR-08 e CRP-SC-12. Assim, será possível estabelecer um processo de qualificação dos conselheiros, além de estabelecer uma pauta comum de diálogos e ações.

Rede de Atenção Psicossocial em SC: fortalecimento do controle social e a garantia da efetividade

Nos últimos meses, o CRP-12 tem acompanhado a demanda nacional crescente envolvendo a Política de Álcool e Outras Drogas, as campanhas midiáticas contra o Crack e a internação compulsória como uma medida higienista de intervenção. Em decorrência deste processo, temos acompanhado Projetos de Lei e outras ações de incentivo e apoio do Legislativo à internação compulsória e Comunidades Terapêuticas, respectivamente. O CRP-12 participou de Audiências Públicas chamadas pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), sobre o tema e agendou reuniões com diferentes atores, objetivando avaliar a Política de Atenção Psicossocial em nosso Estado e articular ações que façam gestão a implementação de políticas públicas na área da saúde.

O resultado destas articulações foi a organização de dois encontros chamados pela Comissão de Saúde da ALESC, onde foram convidados órgãos representantes dos três poderes, controle social, profissionais da Rede de Atenção Psicossocial e movimentos sociais. No primeiro encontro foi apresentado o Plano Operativo da Rede de Atenção Psicossocial de Santa Catarina, já aprovado pela Comissão Intergestores Bipartite. No segundo encontro, a conselheira Ana Lopes problematizou os treze anos da Lei Federal 10.216/2001 que versa sobre a proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, o redirecionamento do modelo de assistência em Saúde Mental que impulsiona a luta da Reforma Psiquiátrica no Brasil e o funcionamento da Rede Intersetorial. A conselheira presidente, representando o CRP-12, Jaira Rodrigues foi convidada a coordenar a Subcomissão de Atenção Psicossocial, vinculada à Comissão de Saúde do Poder Legislativo Estadual. Tal subcomissão tem como objetivo tencionar setores do Legislativo, controle social, município e Estado na direção de uma política de redes em saúde mental que atenda a Lei 10.216/2001.

A revista Psicologia em Movimento entrevistou alguns dos envolvidos em toda essa problemática para ampliar as discussões. A íntegra das entrevistas está no site do CRP-12 (www.crp12.org.br).



Reunião da Comissão da Saúde da ALESC realizada em maio deste ano

Alan Índio Serrano

Coordenador do Grupo Condutor da Rede de Atenção Psicossocial de Santa Catarina

1. Como você avalia a rede nesse momento e quais inovações que o plano contempla?

A confecção do Plano envolveu dois anos de trabalho árduo do Grupo Condutor da Rede. Este grupo tripartite foi composto por técnicos de municípios, de regionais de saúde, da Secretaria Estadual e do Ministério. Além de um projeto global para Santa Catarina como um todo, foram preparados 16 planos regionais, um para cada região de saúde. O planejamento deve ser pensado regionalmente. A grandíssima maioria dos nossos municípios tem menos de 20 mil habitantes. Pelos critérios das políticas de saúde mental anteriores, sequer comportariam um centro de atenção

psicossocial (CAPS). A quantidade de CAPS I e de CAPS AD precisaria dobrar, em dois ou três anos, a fim de atendermos as necessidades epidemiológicas da população.

Com exceção de Joinville, Criciúma e Chapecó, não temos CAPS III (e nem ADIII, para problemas relacionados com álcool e drogas) em todo o território catarinense. Eles resolveriam muitos problemas que hoje pioram por falta de atendimento precoce, se refletem no SAMU e, muitas vezes, terminam no hospital psiquiátrico especializado. O número de CAPS infanto-juvenis precisaria quadruplicar.

2. Quais os desafios, na atual con-

juntura, que devem ser superados para assegurar a implementação proposta pelo Plano operativo da Rede de Atenção Psicossocial de Santa Catarina?

Os secretários municipais, nas Comissões Intergestoras Regionais (CIR), aprovaram os planos operativos de cada região. Junto com os técnicos, estão encontrando, porém, dificuldades para fazer o projeto sair do papel com a velocidade necessária. Algumas vezes estas dificuldades são de ordem cultural, pois muita gente não consegue visualizar uma atenção psicossocial além da ampliação de leitos hospitalares para albergar dependentes químicos recolhidos das ruas.

Volnei Morastoni

Deputado Estadual e Coordenador da Comissão de Saúde da ALESC

1. Qual a expectativa enquanto coordenador da Comissão de Saúde da ALESC em relação a subcomissão de Atenção Psicossocial?

Nosso objetivo é fazer um acompanhamento do trabalho da implantação da Rede de Atenção Psicossocial no Estado, que engloba o tratamento de saúde mental e dependentes quími-

cos, incluindo os Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) e Casas de Apoio Terapêutico. Sabemos que estamos atrasados nesse processo, mas precisamos fazer um diagnóstico

detalhado da real situação em Santa Catarina, para buscarmos corrigir o sistema, de forma que atenda a demanda. A expectativa é que a Subcomissão de Atenção Psicossocial reúna representantes de várias entidades para acompanhar, fiscalizar e agilizar a efetiva implementação da rede de Atenção Psicossocial no Estado.

2. Como o Poder Legislativo pode

contribuir para a superação das dificuldades na implementação e qualificação da Rede de Atenção Psicossocial no Estado?

Nossa contribuição estará focada, inicialmente, na reunião de pessoas qualificadas para discutir esta Rede de Atenção Psicossocial no Estado de Santa Catarina. Queremos, através de vários olhares reconstruir o cenário atual desta Rede, com suas falhas,

limitações e os principais obstáculos que atualmente impedem sua implementação e qualificação. Num segundo momento, acreditamos na apresentação de uma proposta real para a organização desta rede bem como as necessidades operacionais para transformá-las de cenário virtual para cenário real, dentro das diretrizes do Sistema Único de Saúde e que seja acessível a todos os catarinenses.

Luiz Antônio da Silva

Conselheiro do CES, representante dos Movimentos Sociais Populares na Área de Saúde

1. Como você avalia enquanto representante do controle social a utilização dos recursos públicos em saúde em geral e em saúde mental especificamente, pelo governo nas instâncias federal, estadual e municipal?

Normalmente, as contas da Saúde "não fecham", e tem muito a ver com a gestão do dinheiro público. Para se ter uma ideia, o dinheiro que vai para Média e Alta complexidade hoje, gira em torno de 80% do total dos recursos, quando deveria este montante ser aplicado na Atenção Básica que trata diretamente com a promoção e proteção da Saúde. Assim os recursos são mais direcionados a quem tem mais

"poder" de pressão, ficando outras áreas com menos disponibilidade, como a da Saúde mental por exemplo. Portanto, precisamos de mais articulação entre os atores sociais na defesa dos interesses da saúde pública como um todo, principalmente naquelas em que existe uma menor efetividade.

2. Qual o seu posicionamento diante da priorização, por parte do Governo do Estado, de alto investimento nas Comunidades Terapêuticas (saúde privada) em detrimento do baixo investimento nos serviços substitutivos de atenção psicossocial (saúde

pública)?

Penso que a ideia da atual gestão do Governo Estadual está muito clara desde que assumiu, que é privatizar a saúde. Vem sendo repassadas atividades fim às Organizações Sociais, com contratos milionários, contrário ao que determina a própria Constituição Federal, o Plano Estadual de Saúde, a Resolução do Conselho Estadual de Saúde (003/10) e ainda uma ação do Ministério Público do Trabalho, contra o Estado, que proíbe o contrato e o repasse de recursos às Organizações Sociais. Minha posição como cidadão e como conselheiro é cada vez um SUS mais fortalecido, com mais recursos e gestão profissional.

Eliane Blas

Psicóloga com atuação nas Políticas Públicas

1. Como você avalia a Política de Saúde Mental do Governo Federal, Estadual e do seu município, na aplicabilidade nos serviços de atenção psicossocial?

Pensar na Política de Saúde Mental nas três esferas nos remete aos princípios das diretrizes geral do SUS. É visível a mudança nos últimos 50 anos, onde a atenção das pessoas em sofrimento psíquico passa de um modelo institucionalizado para um modelo descentralizado, onde avançamos com leis do governo federal garantindo diretrizes dos serviços, porém precisamos continuar avançando ainda mais. No meu ponto de vista, o

governo estadual pode dar mais suporte à saúde mental na atenção básica, que viabilize interlocução entre os municípios pequenos para a implantação dos serviços e ordenações financeiras, etc. No município de São José é necessário à revisão do direcionamento do Serviço, profissionais com formações em saúde mental, integralidade entre os serviços da rede, promover inclusão social da pessoa com sofrimento psíquico, entre outras necessidades.

2. Qual o seu posicionamento diante da priorização, por parte do Governo do Estado, de alto

investimento nas Comunidades Terapêuticas (saúde privada) em detrimento do investimento nos serviços substitutivos de atenção psicossocial (saúde pública)?

Se pensarmos que a Reforma Psiquiátrica veio com o viés de transformar este modelo assistencial asilar a um modelo em direção a saúde mental na comunidade, então, priorizando o investimento na saúde privada estaremos regredindo na reforma. Sabemos que as leis não tomam as pessoas cidadãs, pois o processo de cidadania é uma construção social. É necessário mudanças de pensamentos, comportamento e relações sociais.

Mídia e seus efeitos subjetivos no trabalho de psicólogas/os

A subjetividade, "matéria prima" do trabalho do psicólogo para José Leon Crochik, professor da USP, é resultado das circunstâncias sociais atuais, e ao mesmo tempo de um projeto histórico implícito no desenvolvimento de nossa civilização, que também requer que, para a superação destas condições concretas, "requer que o indivíduo tenha possibilidade de ação sobre sua realidade". A compreensão de subjetividade e sua constituição envolve um sujeito (ou pode envolver). Partindo desse pressuposto, tem sido crucial problematizar a interferência da mídia, seja ela televisiva, impressa, virtual, ou outras, na subjetividade das pessoas.

Contudo, um reverso precisa ser

incluído nesse debate: a possibilidade de passividade na recepção da comunicação. É até bem conhecida a ideia de que comunicação requer emissão e receptor, mas enquanto papéis intercambiáveis. Isso não ocorre no modo como a mídia é instalada atualmente na sociedade brasileira.

Em um plano mais prático, é possível problematizar, primeiramente sobre qual é a efetiva possibilidade de que as pessoas façam contrapontos ao que a mídia comunica? E em uma perspectiva ainda mais desconfortável: qual é a percepção possível das pessoas "receptoras" sobre a mídia constituir sua subjetividade? Desdobram-se destes questionamentos reflexões éticas inte-

ressantes para as/os psicólogas/os em quaisquer contextos de trabalho.

A esta reflexão, colocada no campo da ética, pode ser relacionada uma prática que tenha como princípio a consecução de um sujeito que seja político. Isto porque, também de acordo com Crochik, a subjetividade também se dá na "interiorização da cultura, que permite expressar os anseios individuais e criticar a própria cultura que permitiu a sua formação", assim cultura é veículo para a individuação e depois diferenciação para a existência. E em sua prática, a/o psicóloga/o, ao apoiar os aportes culturais diversos, está afirmando um sujeito político, ou uma recusa às identidades que quer afirmar as grandes mídias.

Psicólogas falam sobre mídia e subjetividade

A revista *Psicologia em Movimento* ouviu Irme Salete Bonamigo, representante da ABRAPSO/SC, e Raquel de Barros Pinto Miguel, professora do Departamento de Psicologia da UFSC. A íntegra das entrevistas está no site do CRP-12 (www.crp.org.br). Veja um pouco do que as psicólogas falaram:

Como a mídia constitui subjetividade?

Irme Salete Bonamigo: Fundamentada em Felix Guattari (2000), defino subjetividade como modos de pensar, sentir e perceber a si e ao mundo produzidos por diferentes dispositivos: econômicos, sociais, afetivos, tecnológicos, ecológicos, midiáticos, dentre outros. Atualmente a mídia pode ser considerada como um dos equipamentos sociais mais importantes de produção de esquemas dominantes de significação do mundo, nos orientando sobre o que sentir, o que pensar e como agir.

Com base em Ives Michaud (1989), podemos analisar como a mídia introduz novos elementos na relação das pessoas com as práticas veiculadas. Antes da mídia, as relações dos indivíduos com os acontecimentos passavam pela experiência direta, ou indireta através do testemunho oral ou escrito. Com a mídia, passa a ser veiculada uma massa de informações que multiplica as evidências indiretas. Portanto, não são tanto as informações efetivas que contam, mas o que ficamos sabendo e imaginando delas.

Raquel B. P. Miguel: Considero a mídia como um instrumento de mediação que, ao mesmo tempo em que participa do processo de constituição dos

sujeitos, retrata um contexto cultural e social construído e transformado por estes sujeitos. Os significados veiculados pela mídia são apropriados pelos sujeitos e transformados em mediações na constituição destes. Vista assim, a mídia passa a ser considerada um fator que contribui na construção das subjetividades

Com relação à subjetividade, parto da ideia de que esta é constituída através das relações sociais, sendo estas mediadas pela linguagem e cultura, reconhecendo o sujeito como ativo e histórico. Desta forma, a subjetividade não tem uma essência, nem uma forma definida, é sim uma produção assumida e vivida pelo indivíduo em suas existências particulares a partir de uma construção social sempre inacabada (Guattari, Rolnik, 1986).

Como isso pode ser pensado sobre os fenômenos relativos à copa do mundo?

Irme Salete Bonamigo: A Copa é um grande evento midiático que produz, reproduz e fortalece subjetividades vinculadas à venda e consumo de produtos materiais e imateriais. É interessante observarmos, também, como a mídia nessa copa de 2014 buscou capturar e traduzir todos os movimentos, mesmo os de resistência à própria

Copa. A mídia produziu duas copas: uma Copa do futebol, da seleção, dos jogadores e do sonho do hexacampeonato e outra Copa das obras inacabadas, da corrupção e dos protestos. Isso serviu como uma oportunidade para o debate de várias e importantes questões sociais de nosso país.

Como a problematização da mídia pode fazer parte da prática cotidiana dos psicólogos, em diferentes espaços de atuação?

Raquel B. P. Miguel: Um ponto interessante de contato entre mídia e Psicologia diz respeito aos estudos e práticas relacionadas à questão da mídia-educação. Destaco, primeiramente, que ao falar de educação não me refiro exclusivamente à educação formal, que acontece nas escolas, mas sim a uma educação que ultrapassa os bancos escolares. Nesta direção encontram-se os estudos de Henry Giroux (1994), que abordam a dimensão pedagógica presente em diferentes produtos da chamada indústria cultural. O autor estadunidense utiliza a expressão "pedagogia cultural" para se referir a agenciamentos sociais que funcionam como dispositivos pedagógicos fora do ambiente escolar.

- Leia a íntegra no site do CRP-12.

Controle Social

A função do protagonismo civil na esfera pública não é substituir o Estado, mas lutar para que este cumpra seu dever: propiciar saúde, educação e demais serviços sociais com qualidade.

O controle social deve ser exercido por instâncias socialmente reconhecidas, sobre a atuação do Estado, podem-se citar: os Conselhos, Conferências, Fóruns, Movimentos Sociais, Comitês, Manifestações Populares e redes sociais, Ministério Público e Ouvidorias. Para esta representação exige-se atuação qualificada e crítica, além da inserção social e participação política. Sendo o Controle Social um conceito libertador e emancipatório.

Compreende-se como participação qualificada, a representação da sociedade civil, não para ocupar os espaços antes denominados de interesses econômicos, encravados no Estado e seus aparelhos. Mas sim, para democratizar a gestão da coisa pública, para intervir nas prioridades das administrações no sentido de políticas que atendam a qualidade das Políticas Públicas.

NO SUS: A Lei 8.142 de

28/12/1990 dispõe sobre participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências de recursos na área da saúde, e apresenta como Instâncias Colegiadas: as Conferências de Saúde e os conselhos, que são instância máxima deliberativa e permanente, que deve ser paritário (50% usuário, 25% trabalhador e 25% gestor público e privado).

NO SUAS: O Controle Social do SUAS está garantido na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), na Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e na norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS). O exercício do controle social implica o planejamento, acompanhamento, avaliação e fiscalização da oferta dos programas, serviços e benefícios socioassistenciais.

São espaços de Controle Social no SUAS: Conferências e o Conselho de Assistência Social, que é o órgão colegiado, deliberativo e paritário que objetiva fiscalizar a efetivação da política. Veja mais no site do CRP-12 – www.crpssc.org.br

Representações onde o CRP-12 está presente:

- ◆ Conselho Estadual de Saúde – GES
- ◆ Conselho Estadual de Entorpecentes – CONEN
- ◆ Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS
- ◆ Fórum Estadual de Assistência Social – FEPAS
- ◆ Fórum dos Trabalhadores do SUAS - FETSUAS
- ◆ Fórum de Saúde e Segurança do Trabalhador – Fórum SST
- ◆ Fórum pela Democratização da Comunicação – FNDC
- ◆ Fórum Estadual de Educação – FEE / SC
- ◆ Fórum Catarinense pelo Fim da violência e exploração sexual infanto-juvenil
- ◆ Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho de Santa Catarina - FETI/SC
- ◆ Comitê Catarinense pela Democratização da Comunicação – CDC/SC
- ◆ Comitê Catarinense de Combate a Tortura – CCCT

COMO FOI:

II Conferência Estadual de Proteção e Defesa Civil

Com o intuito de discutir a ampliação da prevenção e proteção nas situações de emergências e desastres e fortalecer a noção de rede, o CRP-12 contou com representação na organização da II Conferência Estadual de Proteção e Defesa Civil e no próprio evento, ocorrida em Lages nos dias 26 e 27 de março. Ainda que a atuação da Defesa Civil do Estado tenha reconhecimento nacional por sua qualidade, a discussão dos eixos norteadores apontou para a qualificação das equipes e a necessidade do envolvimento de psicólogos com tal política. No âmbito nacional, o CRP-12 garantiu participação na 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, a ser realizada em novembro deste ano, em Brasília, com a representação do conselheiro Igor Schutz dos Santos.

4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

As práticas de Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) ocupam um importante espaço no contexto da profissão e justificam a necessidade de esforços para o desenvolvimento desta área. Compreendendo a importância das discussões neste campo para a práxis dos psicólogos catarinenses, o CRP-12 participou da Etapa Macro Regional da 4ª Conferência da Saúde do Trabalhador, por meio da participação da conselheira Julianna Remor.

Esta etapa teve como objetivo discutir a efetivação da política nacional de saúde do trabalhador, com foco nos princípios da integralidade e intersetorialidade. E também sobre o financiamento para a implantação da política de saúde do trabalhador nos municípios, estados e união. A etapa estadual ocorreu no mês de junho de 2014 e a 4ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora ocorrerá em Brasília, entre os dias 13 e 15 de novembro.

Parceria do CRP-12 com as instituições de Ensino Superior: um elo fundamental

O VIII Plenário do CRP-12, em sua plataforma de gestão, assumiu o compromisso de estar mais próximo dos profissionais das diferentes regiões do estado por meio de ações regionalizadas. Uma das estratégias adotadas desde o início da gestão foi estabelecer uma aproximação com as universidades que possuem cursos de Psicologia, por meio de convite de parceria, formalizado no mês de novembro de 2013. Tal convite fundamentou-se no reconhecimento por parte do Conselho de que as IES são a referência regional dos profissionais de Psicologia desde a formação. A aposta feita no sucesso desta parceria justifica-se na tese de que Psicólogos egressos dos cursos de Psicologia sempre voltam às universidades para efetivar sua formação continuada, da mesma forma, a aproximação dos estudantes de graduação da política profissional qualifica o espaço de formação acadêmica. Há uma interseção entre ensino e profissão que une a todos.

Para concretizar a parceria, o CRP-12 propôs ações inerentes à função do Conselho, realizadas em espaços disponibilizados pelas IES, tais como: organização de encontros e eventos que objetivam debater e qualificar o exercício profissional; reuniões para a entrega de Carteira Profissional; oficinas de ética e orientações coletivas para psicólogos/os da região. Em contrapartida, disponibiliza a participação dos conselheiros nas Semanas Acadêmicas dos Cursos de Psicologia e/ou outros eventos em que seja oportuno o debate de temáticas relacionadas ao exercício profissional; a participação em formaturas; aulas inaugurais e outras ações afins propostas pelas Instituições de Ensino.

Nos últimos meses, dos 30 campus acadêmicos com graduação em Psicologia existentes em Santa Catarina, 26 Instituições de Ensino aceitaram o convite de parceria. A Presidente do CRP-12 esteve realizando conversa institucional com 18 Coordenadores

de Cursos de Psicologia, onde foram acordadas pautas comuns entre entidades, como do Dia do Psicólogo, o I Encontro de Ensino de Psicologia e a participação no Congresso Brasileiro Ciência e Profissão, entre outros. O plenário do CRP-12 se fez representar nas cerimônias de formatura que foi convidado e realizou atividades propostas no termo de parceria em universidades localizadas nos municípios de Criciúma, Tubarão, Orleans, Florianópolis, Lages, Blumenau, Itajaí, Joinville, Chapecó, Concórdia e Caçador.

“O CRP-12 só tem a agradecer pela receptividade e acolhida de todas as universidades parceiras, nossa expectativa é que ao longo de nossa gestão o diálogo que temos feito nestes diferentes espaços possibilite o estreitamento de laços e que juntos possamos contribuir para o desenvolvimento e reconhecimento social da Psicologia enquanto Ciência e Profissão”, avaliou a Presidente do CRP-12 Jaira Rodrigues.

I Encontro Catarinense de Ensino de Psicologia

Tema: 10 Anos de Diretrizes Curriculares Nacionais da Psicologia: Conquistas e Desafios
Data: 18, 19 e 20 de setembro de 2014
Local: UNISUL – Tubarão
Promoção: CRP-12 e ABEP-SC

Este encontro decorre da necessidade do Conselho Regional de Psicologia e do Núcleo Regional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP-SC) avançarem no diálogo com as instituições formadoras, na promoção de um espaço de interlocução das diferentes realidades vivenciadas no contexto da formação do psicólogo pelas IES de Santa Catarina e objetiva avaliar os 10 anos de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação de Psicologia e qualificar o processo de formação do futuro psicólogo e seu exercício profissional com base em referenciais legais, éticos e técnicos.

A programação completa e inscrição encontram-se no site do CRP-12: www.crp-sc.org.br.



Novos Psicólogos recebem sua Carteira de Identidade Profissional: Sejam bem-vindas e bem-vindos!

Foi realizada nova rodada de cerimônias de entrega de Carteiras de Identidade Profissional às/aos psicólogas/os catarinenses que estão fazendo seu ingresso na profissão.

A grande novidade é que, com a parceria firmada com as universidades do estado, o CRP-12 está organizando ações integradas nas regiões, oportunizando aos profissionais que se deslocam dos municípios vizinhos para o recebimento de sua CIP participarem de outra atividade de cunho técnico ou político, como as Reuniões da Política de Participação e Colaboração realizadas neste último trimestre, orientações coletivas e oficinas de ética que estão sendo planejadas a partir de agosto.

Outra novidade decorrente da parceria com as IES são as reuniões em municípios diversos, em forma de revezamento entre as universidades parceiras. A ideia é tornar o processo mais democrático em termos de deslocamento e acessibilidade da/o psicóloga/o às reuniões, bem como, otimizar o deslocamento das/os conselheiras/os para a organização de uma atividade com os estudantes dos cursos de Psicologia, serviços públicos que constituem campo de atuação, entidades e grupos organizados.

Esta nova metodologia já foi utilizada nesta segunda rodada de Entrega de Identidade Profissional, onde foi realizado dia de atividades do CRP-12 nas cidades de Florianópolis, Tubarão, Caçador, Chapecó, Lages e Blumenau. No próximo semestre estão previstas atividades em Rio do Sul, Joinville, Concórdia, Orleans, São Miguel do Oeste, entre outros municípios com novas demandas.

Ao todo foram entregues 307 Carteiras de Identidade Profissional no segundo trimestre de 2014. É a Psicologia crescendo em tamanho e qualidade e mais uma vez o CRP-12 firmando seu compromisso de gestão: Psicologia com participação é movimento!

Entrega de Carteiras

Cidade	Data	Quantidade
Itajaí	28/03/2014	64
Joinville	04/04/2014	29
Criciúma	09/04/2014	27
Lages	10/05/2014	27
Blumenau	28/05/2014	54
Chapeco	30/05/2014	32
Tubarão	06/06/2014	18
Florianópolis	13/06/2014	30
Caçador	13/06/2014	21



A presidente Jaira Rodrigues com psicólogas/os em Caçador



Conselheira Jaira e conselheiro Anderson Luis Schuck apresentando o CRP-12 em Chapecó



Em Joinville, com presença das conselheiras Jaira Rodrigues, Geny Beckert, Tatiane da Silva e Juliane Reis



Em Lages a entrega foi realizada pela presidente Jaira e conselheira Inea Arioli

Iniciada a reforma da sede do CRP-12

Iniciou no dia 23 de junho a reforma e ampliação da sede, em Florianópolis. O objetivo é ampliar a capacidade de atendimento e melhor funcionamento do Conselho. As obras solicitadas pelo VIII Plenário foram aprovadas em Assembleia do CRP-12 em abril deste ano.

Durante o período das obras, o atendimento será realizado em local alugado, próximo à sede própria, no endereço: Rua Dr. Abel Capela, 57, Coqueiros, Florianópolis - CEP: 88080-250.



Maquete eletrônica apresenta projeto arquitetônico da sede

Escritório Setorial Oeste com atendimento normal

O Escritório Setorial Oeste do CRP-12 voltou ao seu funcionamento normal em janeiro deste ano, sendo este um espaço que está à disposição das/os profissionais para realização de reuniões de organização da categoria.

Já no primeiro mês de 2014 ocorreram reuniões de algumas entidades da região. No mês de fevereiro, foi realizada a reinauguração formal do espaço, que permanecera temporariamente fechado no ano anterior.

No dia 7 de março a conselheira presidente Jaira Rodrigues e o conselheiro Anderson Schuck cumpriram agenda política com

as entidades locais (Unochapecó, Unoesc Chapecó e Xanxerê, Celer Faculdades e Grupo de Estudos de Pinhalzinho) e, à tarde, foi realizada cerimônia de entrega de Carteiras de Identificação Profissional, com presença de 20 psicólogas/os. Dia 8 foi realizada a reunião de apresentação da Política de Participação e Colaboração do CRP-12, no escritório setorial Oeste, em Chapecó. A coincidência com a data, Dia Internacional da Mulher, ajudou na escolha do tema apresentado ao debate, que foi "Psicologia: uma profissão feminina".

O espaço do Escritório Setorial também realiza atendimentos de

rotina do CRP-12, sendo que no primeiro semestre foram realizados:

- Atendimentos presenciais: média de 100;
- Atendimentos encaminhados para a Sede: 20;
- Entrega de diploma, pedido de especialista, retirada de carteira: 36;
- E-mail: média de 150;
- Inscrições Primárias: 51;
- Ligações telefônicas: média de 5 ao dia;
- Pedidos de Cancelamento: 6;
- Reativação: 1;
- Transferência: 3;
- Utilização da Sala de Reuniões por Profissionais: 3.

A atualização cadastral é importante para que a/o psicóloga/o se mantenha em perfeita comunicação com o CRP-12. Caso a/o profissional tenha alterado alguma das informações de seu cadastro - como endereço, telefone ou email -, será imprescindível esta atualização.

Para atualizar seu cadastro, acesse o link:

<http://crpsc.org.br/?atualizacao>

É simples e fácil, mas caso não queira utilizar deste serviço, não



deixe de atualizar seu cadastro, entre em contato com o CRP-12 pelo telefone ou pelo e-mail:

(48) 3244-4826
secretaria@crpsc.org.br

Há vários benefícios em atualizar seu cadastro, dentre eles, aprimo-

rar o seu relacionamento com o CRP-12. A atualização é importante para que todos recebam os comunicados enviados pelo Conselho, inclusive o informativo oficial da instituição, a revista Psicologia em Movimento.

Anuidades

http://www.crpsc.org.br/?open_pag&pid=3464

Julho

- 18 – Grupo Temático Educação** – das 19h às 21h, no Hotel Valerim Plaza (Rua Felipe Schmidt, 705 - Centro, Florianópolis - SC)
- 25 – Encontro da Política de Participação e Colaboração** – Encontros simultâneos nos Polos Regionais (veja detalhes na página 8 desta Revista) – das 19h às 22h

Agosto

A programação do **Mês do Psicólogo** consta no encarte especial que acompanha a revista.

Setembro

18 a 20 – I Encontro de Ensino de Psicologia – na UNISUL Tubarão (Avenida José Acácio Moreira, 787 - Dehon, Tubarão - SC)

Outubro

Terceira rodada da **Política de Participação e Colaboração**. Data e locais serão divulgados no site, perfil do CRP-12 no Facebook e Boletim Eletrônico.

Reunião do Grupo Temático de Assistência Social.

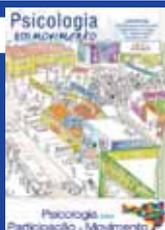
Novembro

19 a 23 – IV Congresso Brasileiro Ciência e Profissão – em São Paulo

Reunião do Grupo Temático Psicologia Organizacional e do trabalho.

Dezembro

Evento conjunto CRP e Conselho Regional de Administração: Debate epistemológico sobre as diferenças e interfaces na atuação de psicólogos e administradores (data a ser definida)



ESPAÇO DO LEITOR

A revista **Psicologia em Movimento** quer ser um veículo de comunicação interativo e dinâmico, um canal de diálogo com as/os profissionais psicólogas/os.

Para isso, é preciso a participação do leitor. Envie sua participação, sugestão de pauta, crítica ou comentário para: comunicacao@crpsc.org.br e seja parte da revista.



Você sabia que a Psicologia brasileira agrega o maior contingente de Psicólogos do mundo? Que a Segunda Mostra de Psicologia, realizada em 2012, na comemoração dos 50 anos da Psicologia Brasileira, reuniu cerca de 20 mil psicólogas/os? Que reúne 23 entidades no Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira - FENPB e que este organiza o Congresso Nacional de Psicologia Ciência e Profissão, seguramente o maior evento da Psicologia na América Latina?

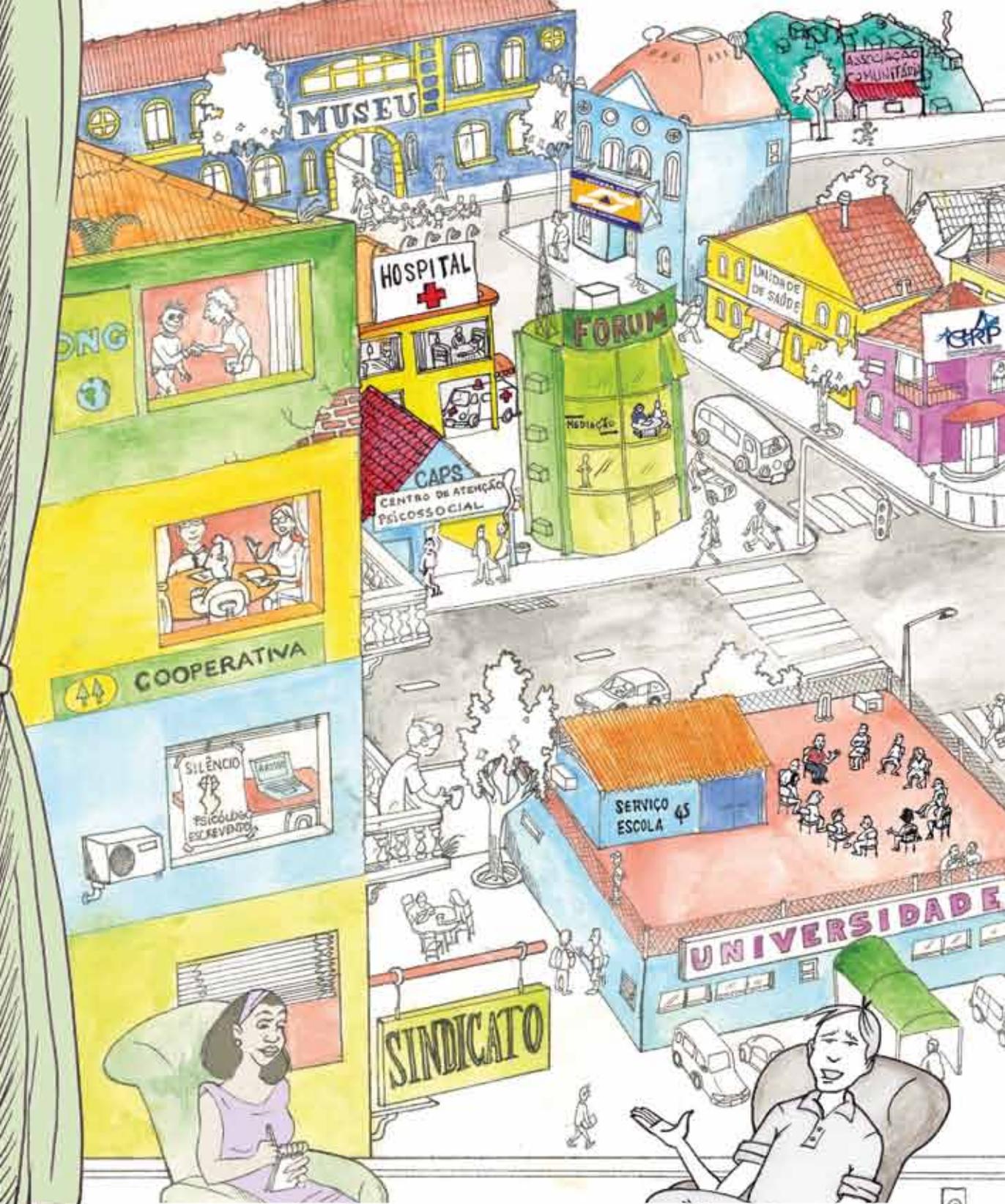
A Psicologia Brasileira é forte e a diversidade teórica e prática estão representadas no IV Congresso Nacional de Psicologia Ciência e Profissão que se constitui em um espaço privilegiado para estimular o diálogo de nossa práxis. São finalidades do Congresso:

- Criar um espaço para o diálogo da diversidade da Psicologia no Brasil;
- Ser um lugar para o encontro da ciência e da profissão, que permite haver uma contribuição significativa na produção dos saberes e fazeres da Psicologia;
- Oportunizar um momento importante no desenvolvimento da identidade dos psicólogos
- Abrir possibilidades para que todas as questões, abordagens e construções da Psicologia se apresentem e possam ser divulgadas e debatidas.
- Consolidar o Congresso como um lugar de desenvolvimento do compromisso da Psicologia com as necessidades da sociedade brasileira.

Psicologia com participação é movimento!

O CRP-12, em parceria com outros Conselhos Regionais e entidades catarinenses, participa do Congresso Ciência e Profissão levando o debate de 13 trabalhos que versam sobre diferentes temas e campos de atuação da Psicologia contemporânea.

Queremos levar as/os psicólogas/os que realizam um trabalho diferenciado nas Políticas Públicas, na saúde suplementar e demais campos de atuação profissional junto conosco. A logística necessária para minimizar os custos da participação fica por conta do CRP, que está organizando caravana, com transporte coletivo gratuito, passando por diferentes regiões do estado (Lages, Chapecó, Criciúma, Florianópolis e Joinville), além de buscar tarifas de hospedagens com melhores preços para grupos, descontos em passagens aéreas, entre outros. Participe e inscreva seu trabalho. Mais informações e inscrições na caravana estão disponíveis no site do CRP-12. Garanta agora a sua vaga!



Sede do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região: Rua Professor Bayer Filho, 110, Coqueiros, Florianópolis, SC - CEP: 88101-050 Fone/fax: (48) 3244-4826

Escritório Setorial Oeste - Ed. Lazio Executivo, Av. Porto Alegre, 427-D, Sala 802, Centro, Chapecó, SC - CEP: 89.802-130 - Fone: (49) 3304-0388 / Fax: (49) 3304-0389

e-mail: crp12@crpsc.org.br / www.crpsc.org.br / www.facebook.com/crp12sc

ISSN 2319-085X

